



# “Não é possível fazer tudo ao mesmo tempo, isso é alquimia”

**Paulo Trigo Pereira** Grupo de economistas, com um deputado do PS incluído, entrega documento e pede escolhas claras a toda a esquerda. Carreiras, IRS e pensões, “tudo ao mesmo tempo, é alquimia”, avisa Trigo Pereira, em entrevista PÚBLICO/RR

## Hora da Verdade David Dinis e Graça Franco

É um aviso dos técnicos aos políticos: é preciso fazer propostas realísticas, não casuísticas. Paulo Trigo Pereira, professor de finanças públicas e deputado do PS, juntou um grupo de economistas e faz uma proposta orçamental alternativa.

**Esta entrevista tem como pressuposto uma notícia: um grupo de economistas, em que se inclui o deputado Paulo Trigo Pereira, eleito pelo PS, apresenta hoje uma alternativa à política orçamental para os próximos anos, diferente daquela que o Governo tem em vigor. Em linhas gerais, pode explicar-nos em quê?**

Não apresentamos isto como uma alternativa ao Programa de Estabilidade (PE), mas como uma variante. Assumimos como quadro deste exercício que há um Programa do Governo que é preciso implementar. O que achamos é que há algumas coisas que não subscrevemos. Houve três motivos que nos levaram a fazer este estudo. Primeiro, uma análise do PE em que achámos que a verba que estava lá implícita para reforço de despesas com pessoal, de 200 milhões de euros, não era suficiente para acomodar o descongelamento gradual das carreiras e remunerações. E também achámos insuficiente o previsto para consumos intermédios, porque o Governo prevê uma estabilização e temos dívidas a acumular a fornecedores na Saúde e achamos que é necessário um reforço. E a terceira razão é que temos um cenário diferente do de Março, a economia está a crescer mais – e portanto é necessário recalcular os números. Depois, estamos a acompanhar a execução orçamental, onde há desvios que incorporámos na análise.

## Porquê agora, a três semanas da entrega do OE2018? Este documento pode influenciá-lo?

Este estudo era para estar completado em Junho, Julho. Andamos a fazê-lo há mais de três meses. Era um tempo mais adequado para a tomada de decisão política. Mas não estava em condições. Aparecendo agora, penso que sim: pode facilitar o diálogo, nomeadamente entre o Governo e os seus parceiros à esquerda. Porque o que fazemos é apresentar um cenário-base, mas com alternativas. Não é possível, ao mesmo tempo, descongelar carreiras, aumentar emprego público, fazer actualizações salariais, pagar a fornecedores da Saúde e reduzir impostos. Isto não é possível, é do domínio da alquimia. Para não estarmos no domínio da alquimia, temos de trabalhar com pacotes de medidas. Não podemos discutir medidas casuisticamente, temos de discutir pacotes de medidas e aqui damos três menus diferentes.

**A variante que escolheram traduz-se em mais despesa com pessoal, mais nos consumos intermédios, mais investimento público – e, apesar disso, com mais crescimento económico e redução da dívida, em resultado de uma negociação com Bruxelas do chamado “objectivo de médio prazo”. Isto não parece alquimia também?**

Nós assumimos os mesmos objectivos que o Governo quanto ao défice – o que achamos é que de 2019 a 2021 o esforço de consolidação, continuando, não deve convergir para algo que não vai acontecer, que é o saldo primário de 4,9% em 2021. Para esses anos, 2019-2021, consideramos que deve haver um ajustamento orçamental menos forte, menos restritivo do que o do Governo. A política orçamental que o Governo tem é restritiva, a nossa é neutra, menos exigente. Apesar disso, chegamos

a resultados tão bons ou melhores em dívida pública. Não há aqui alquimia, há teoria económica, que diz que o efeito multiplicador de um aumento da despesa pública é mais forte do que o de uma redução de impostos.

## Mas não é investimento.

É mais despesa em pessoal, em consumo intermédio na Saúde e investimento público também. É para não atrasarmos mais pagamentos, como está a acontecer agora, que depois vamos pagar mais tarde em juros de mora. O que queremos é tornar mais realista o programa do Governo. Ou refazer os cálculos, para o cenário-base tornar mais realista o que está no Programa do Governo, mas depois dar outros menus de escolha. É preciso rectificar, antes de mais, 2017, em que há desvios. O consumo intermédio não deve ser cortado em cativações ao nível do que foi, deve ser menor...

**Acredita que deve haver mais para as carreiras, menos cativações, mais investimento. Diz-nos que isto pode ajudar a negociação à esquerda. Mas se o Governo usar toda a folga vinda do crescimento para resolver estes problemas, que margem sobra para o resto que a esquerda está a pedir?**

Não é possível.... Os cenários alternativos que apresentamos ao nosso é não haver quase nenhum desagravamento fiscal. No nosso cenário-base está previsto um desagravamento do IRS nos dois primeiros anos, do IRC em 2020 e 2021 e do IVA só em 2021. Mas é um desagravamento muito moderado. Duzentos milhões em IRS é quase nada.

## E não há margem para mais?

Não há margem para muito mais. E a questão do diálogo político à esquerda é este: há que escolher. A esquerda [BE e PCP] tem de escolher, mas tem de escolher dentro do menu. Se quer aumentar pensões, então tem de dizer que não é importante descongelar



**O desagravamento fiscal não deve ser a bandeira da esquerda. É a da direita**

**A contestação do BE e do PCP existe, sentimo-la bem**

os salários na função pública. A prioridade deve ser descongelar salários e carreiras, porque estão congelados há muitos anos e isso tem consequências na qualidade do funcionalismo público. Essa deve ser a prioridade. No nosso cenário não está um novo aumento extra de pensões! Os partidos à esquerda do PS têm de saber muito bem o que é que querem. O desagravamento fiscal não deve ser a bandeira da esquerda. É a da direita. Se quiserem adoptar a agenda da direita de reduzir os impostos, então não há dinheiro para descongelar carreiras. Neste documento prevê um descongelamento das carreiras em quatro anos. Tanto tempo? Sim, acho que vai ser preciso quatro anos. Se se quiser abdicar do alívio no IRS e canalizar tudo para esta rubrica, havia mais – mas

## “ Sim, acho que vai ser preciso quatro anos [para descongelar carreiras] ”

Paulo Trigo Pereira  
Deputado do PS

### Um estudo para convencer o Governo a gastar mais para ajudar a economia

Num momento em que a economia surpreende pela positiva, as metas orçamentais estão a ser cumpridas e as agências internacionais sobem o *rating* do país, quatro economistas, um deles deputado do PS, questionam-se: não se terá tornado a estratégia de consolidação orçamental delineada pelo Governo para os próximos anos demasiado restritiva, ao ponto de pôr em causa a continuação de uma retoma económica do país?

A resposta a que chegam é que sim. O estudo – da autoria de Paulo Trigo Pereira, Ricardo Cabral, Luís Teles Morais e Joana Andrade Vicente – defende uma alternativa ao Programa de Estabilidade (PE) do Governo, que acredita numa evolução mais positiva da receita, reduz o ritmo de redução do défice, coloca as despesas com pessoal a crescer acima da inflação, aposta num alívio fiscal moderado e, no fim de tudo isso, prevê que a dívida pública fique a um nível ligeiramente abaixo do programado pelo Governo para 2021.

A culpa do que dizem ser a opção demasiado restritiva tomada pelo Governo no actual PE é atribuída principalmente à exigência europeia de que as contas públicas portuguesas caminhem para um saldo estrutural positivo de 0,25% do PIB.

É este o valor do Objectivo de Médio Prazo (OMP) definido por Bruxelas para Portugal e que, no PE que apresentou em Abril, o Governo tenta cumprir até 2020. Os autores do estudo agora publicado defendem contudo que continuar a tentar alcançar esta meta força a um ritmo de consolidação orçamental demasiado forte, conduzindo a um excedente orçamental primário de 4,9% em 2021, algo que consideram ser “indesejável e excessivo”.

Perante isto, defendem que é preciso, primeiro, convencer Bruxelas a apontar já em 2018 para um OMP menos exigente para o saldo estrutural (de -0,5% do PIB), algo que dizem ser possível através de negociação política. Depois, beneficiando dessa margem e do actual cenário de

crescimento económico acima do previsto, desenhar uma estratégia orçamental menos restritiva, mais amiga do crescimento, que inclui, por exemplo, aumentos anuais da despesa com pessoal ligeiramente acima da inflação (com mais dinheiro para as progressões de carreira) e alívios fiscais, tanto no IRS como no IRC e no IVA.

As diferenças entre o Programa de Estabilidade do Governo e a variante ao programa apresentada neste estudo começam logo a partir de 2017. Apesar de o valor do défice ser o mesmo (1,5%), o estudo antecipa que a receita obtida seja cerca de 700 milhões de euros mais alta do que o previsto pelo Governo no Programa de Estabilidade e a despesa também se situe cerca de 700 milhões acima. No caso da receita, o que explica o

resultado mais forte é o desempenho mais forte na economia. Na despesa, os autores do estudo defendem que várias componentes da despesa com consumos intermédios estão suborçamentadas, nomeadamente no sector da Saúde, pelo que será inevitável que o valor global final venha a ficar acima do previsto.

A partir daí, este diferencial entre as duas projecções alarga-se. Em 2018, o estudo coloca no papel uma política bem menos restritiva ao nível da despesa pública. Nas despesas com pessoal, o aumento projectado para todos os anos é de 2,5%, o que significa que é reservada uma verba maior para o descongelamento de carreiras (que é feita em quatro anos com 238 milhões de euros logo em 2018) e existe margem para actualizações salariais próximas da inflação (ao passo que o Governo não antecipa qualquer actualização salarial). Nas despesas com consumos intermédios, o crescimento também é de 2,5%, o que é visto pelos autores como o regresso a uma gestão orçamental em tempo de normalidade.

Neste cenário, projecta-se, ainda assim, um défice ligeiramente mais baixo do que o do Governo para 2018 (0,9% contra 1%), porque se continua a aproveitar o aumento da receita fiscal e se acrescenta uma projecção de aumento muito forte e permanente dos dividendos distribuídos pelo Banco de Portugal, num valor estimado em 470 milhões de euros.

Para os anos seguintes, o valor do défice derrapa face à projecção do Governo, até porque o estudo defende, no seu cenário-base, um desagravamento fiscal, que reduz a receita de IRC em cerca de 700 milhões de euros em 2021 e a de IVA em 500 milhões de euros.

Para esse ano, o défice nominal estimado é de 0,1% (excedente de 1,3% para o Governo) e o excedente orçamental primário é de 3,6%. Os autores salientam que, mesmo assim, seria possível que o peso da dívida no PIB ficasse abaixo do previsto no PE, devido ao maior crescimento da economia. **Sérgio Anibal**



NUÑO FERREIRA SANTOS

não achamos equilibrado. Na vossa proposta lê-se que “o cenário do Governo não é social nem politicamente exequível”. Teme que, se não houver inflexão de política, a “geringonça” se desfaça? A actual solução é para quatro anos. Mas o pensamento dos economistas é feito para períodos mais alargados. A maturidade da nossa democracia passa por os políticos não fazerem promessas irrealistas. O trabalho técnico que fazemos é para evitar que os políticos apresentem medidas casuísticas, dizer que queremos aumentar as pensões, os salários do Estado, nós queremos... mas como é que se consegue tudo? O sucesso desta solução governativa não está apenas em ter-se reposto rendimentos. É ter feito isto e ter consolidado as contas públicas. Os

partidos todos, mas sobretudo os da esquerda, deviam perceber que os portugueses não aceitam outro resgate. Nunca, jamais, em tempo algum.

**Para fechar: todo este exercício não tem por base a avaliação de que Mário Centeno, na verdade, não mudou muito a política orçamental do país?**

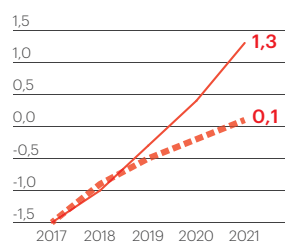
Não, Mário Centeno mudou a política orçamental a vários níveis. Devolução dos salários e da sobretaxa em dois anos, não fez privatizações para reduzir a dívida, o que era um absurdo. Há comentadores que acham que este Governo está a seguir o que o anterior fez, mas sem a contestação do BE e PCP. Não é verdade, a contestação do BE e PCP existe, sentimo-la bem.

david.dinis@publico.pt

#### A alternativa ao Programa de Estabilidade

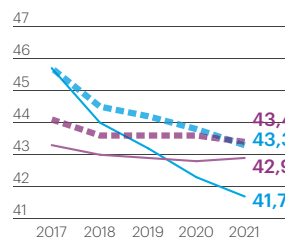
■ Variante ao PE — PE

#### Saldo orçamental (em % do PIB)



#### Despesa efectiva (em % do PIB)

#### Receita efectiva (em % do PIB)



Fonte: IPP

PÚBLICO





Edição Lisboa • Ano XXVIII • n.º 10.017 • 1,20€ • Quinta-feira, 21 de Setembro de 2017 • Director: David Dinis Adjuntos: Diogo Queiroz de Andrade, Tiago Luz Pedro, Vítor Costa Directora de Arte: Sónia Matos



Público

### Catalunha Os dias de todos os perigos

Destaque, 2 a 4 e Editorial

# Universidades não contratam por mérito e preferem ex-alunos

Estudo da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência fala em endogamia académica nas universidades. Cerca de 70% dos docentes doutoraram-se na instituição onde leccionam **Sociedade, 12/13**

**Nanotecnologia em Braga**  
Neste laboratório internacional inventa-se uma sociedade mais segura  
**Ciência, 28/29**



PAULO PEREIRA

## Centeno desafiado com outra estratégia orçamental

Economistas, incluindo deputado do PS, entregam documento. Carreiras, IRS e pensões, "tudo ao mesmo tempo, é alquimia", diz Trigo Pereira em entrevista **p6/7**



## Juizes cancelam greve mas querem falar com Marcelo

Associação sindical apela ao Presidente para que use influência a favor das suas reivindicações salariais. Marcelo ignorou último pedido de audiência **p14**

**HOJE Mar Portuguez**  
— **Conservas de Chef**  
**13.ª lata — Mexilhão e Wakame**  
Chef Ivan Fernandes

Por + **3,20€**



## Terra treme no México e espalha a morte numa escola

Sismo de magnitude 7,1 fez, pelo menos, 225 mortos, entre os quais 21 crianças. O terramoto mais mortífero no país ocorreu neste mesmo dia, em 1985 **p22/23**

PUBLICIDADE

**CAMBRIDGE SCHOOL**  
PORTUGAL

Ano letivo inscrições abertas

Educação: o seu melhor investimento.

www.cambridge.pt INGLÊS | FRANCÊS | ALEMÃO | PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS

ISSN-0872-1548